

A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E A ESCOLA MUNICIPAL SULIVAN SILVESTRE / TUMUNE KALIVONO, ALDEIA URBANA MARÇAL DE SOUZA, CAMPO GRANDE (MS)

TORRES, Karla Fernanda da Silva ¹
VARGAS, Icléia Albuquerque de ²

RESUMO: Na cidade de Campo Grande (MS) encontra-se a Aldeia Urbana Marçal de Souza, constituída em 1997, reunindo indígenas de etnias diversas que migraram de aldeias do interior do Estado, principalmente de Aquidauana, Sidrolândia e Miranda. Para atender a comunidade local foi implantada na aldeia a Escola Municipal Sulivan Silvestre/ Tumune Kalivono. Neste trabalho se pretende abordar o reconhecimento do direito aos indígenas de manterem sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, explorando até que ponto as relações educativas nessa escola contribuem para a manutenção da cultura indígena no espaço urbano. São questionadas se as experiências de proposta escolar intercultural presentes na Aldeia Urbana Marçal de Souza vêm favorecendo a inclusão do aluno índio na sociedade. Considerando a diversidade sócio-cultural presente na escola, objetiva-se compreender, a partir de uma análise da educação que se propõe intercultural, como uma escola de ensino regular, não diferenciada, pode garantir em sua prática educativa, a manutenção da cultura indígena no espaço urbano. A metodologia adotada é composta por observações diretas, entrevistas e aplicações de questionários junto a membros da comunidade escolar.

Palavras-Chave: Educação Intercultural; Aldeia Urbana; Comunidade Escolar.

INTRODUÇÃO

Por estar desenvolvendo estudos para atender as exigências da disciplina Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), no curso de graduação de Pedagogia (UFMS), decidimos averiguar a situação da educação escolar dos indígenas na cidade de Campo Grande (MS). Inúmeras inquietações sobre um novo contexto relacionado à educação escolar indígena vêm surgindo.

O estado de Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população de indígenas no Brasil³. A partir da década de 1980, essa população vem manifestando intenso

¹ Aluna do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

² Professora e orientadora nos cursos de Pedagogia, Geografia e Turismo e no Mestrado Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

deslocamento para as periferias de várias cidades do estado em busca de melhores condições de vida, em destaque para a capital Campo Grande (MUSSI, 2006). Esse processo migratório tem resultado na criação de aldeias urbanas formadas por famílias indígenas. Diante dessa realidade há a necessidade de fomento de políticas sociais, visando assegurar à população indígena condições de moradia, saúde, educação, lazer e outros.

Perante esse cenário e com a intenção de realizar uma investigação sobre a realidade da educação escolar para indígenas na cidade de Campo Grande (MS), decidiu-se por um trabalho na Escola Municipal Sullivan Silvestre Oliveira - Tumume Kalivono “Criança do Futuro”, situada na Aldeia Urbana Marçal de Souza⁴. Para tanto, foram realizadas observações diretas, entrevistas e aplicações de questionários junto a membros da comunidade escolar.

Essa aldeia é constituída por famílias que se deslocaram principalmente de municípios como Aquidauana, Sidrolândia e Miranda. Reúne pessoas de etnias indígenas diversas, como Terena, Guarani, Kadiweu, além de alguns não-indígenas. Está localizada no bairro Tiradentes, zona leste da capital de Mato Grosso do Sul.

A escola foi implantada para atender as crianças indígenas e a comunidade local, oferecendo ensino fundamental do 1º ao 5º ano. Possui modelo de ensino regular de forma não diferenciada.

Várias questões motivaram a investigação, tais como: Esse indígena, agora chamado “índio urbano”, vive sob qual perspectiva na cidade? A educação escolar favorece a inclusão do aluno índio na sociedade urbana? Há existência de proposta escolar intercultural na escola da Aldeia Urbana Marçal de Souza? Esta escola de ensino

³ Conforme dados apresentados em “Caracterização Sócio-Demográfica dos Povos Indígenas do DSEI”, anexo do Relatório Anual de Gestão da FUNASA de 2008, Mato Grosso do Sul apresenta uma população indígena de 68.792 indivíduos.

⁴ O Relatório Anual de Gestão da FUNASA de 2008 informa que na Aldeia Urbana Marçal de Souza estão 2.804 indígenas de etnias diversas, como Terena, Bororo, Guato, Guarani, Kadiweu e Kaiowa.

regular com grande diversidade sócio-cultural promove, em sua prática educativa, a valorização da cultura indígena no espaço urbano?

Serão abordados os direitos de organização social, como costumes, línguas, crenças e tradições aos indígenas. É importante destacar que consideramos esses direitos, neste trabalho, de todos os indígenas, não somente daqueles organizados em terras indígenas, mas aos indivíduos e grupos que por algum motivo se deslocam para as periferias das cidades almejando melhorias de vida, apontadas como educação, trabalho, saúde, moradia.

Apesar de a escola possuir modelo de ensino regular de forma não diferenciada, pretende-se discutir as relações e práticas educativas ali presentes a partir do conceito de educação intercultural.

1- Os indígenas e seus direitos

Aos indígenas foi garantido na Constituição Brasileira de 1988 o direito de manterem sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Reconhecidos tais direitos, entendemos que são muitos os meios de organização para que se concretize a preservação da cultura indígena. Essa preservação das características básicas das comunidades indígenas citadas no texto Constitucional de 1988 viria através de uma autonomia, o índio antes alvo de ações integracionistas do Estado, deveria ser autônomo, direcionando quais devem ser as ações para que se mantenha sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Nascimento (2004, p. 71) afirma ser a autonomia o resultado final das lutas e conquistas indígenas, definindo-a como:

(...) o direito de viver conforme seus valores, seus costumes, seus modos de organização social e sua política e ainda como o reconhecimento da capacidade de auto-representação em condições de igualdade em uma sociedade que se reconhece pluriétnica (...)

Porém, ao se analisar o contexto das políticas educacionais existentes, questiona-se se essas ações são capazes de manter ou proporcionar a autonomia dos indígenas. Nascimento (2004) afirma que o conceito de autonomia sofre reservas quando tratamos de uma educação escolar indígena diferenciada, intercultural e bilíngüe, pois apresentam-se como conceitos generalizados e “vagos”, pois o Estado, enquanto provedor dessa educação escolar diferenciada, tem caráter homogeneizador.

No processo histórico de escolarização dos indígenas a escola ora objetivava catequizar, docilizar os nativos, propagando os valores ocidentais cristãos em terras brasileiras, ou seja, a escola possuía uma posição de destaque dentre todos os meios utilizados no trabalho de imposição de uma cultura dominante européia. Ora seu objetivo era de civilizá-los até poderem ser “integrados” à comunidade nacional. Nesse contexto, as discussões sobre a educação escolar indígena se configuram como um importante instrumento de preservação da cultura indígena.

A preservação da cultura indígena através da educação é um direito garantido. É amparado por textos legais que legitimam e revelam a necessidade da educação intercultural, de acordo com Guerreiro (2007):

Esse direito não existe nem se realiza de maneira isolada. Faz parte de um conjunto de direitos que os povos vêm conquistando e exercendo, é uma peça central no campo dos direitos culturais e está intimamente ligado ao direito, à língua e às suas conseqüências. (p.91)

Considerando a educação como um elemento fundamental para preservação da cultura indígena, abordaremos a educação oferecida para as crianças indígenas presentes na aldeia urbana Marçal de Souza. Para tanto, entendemos ser necessário demonstrar o contexto em que está inserida a escola, a saber: o deslocamento dos indígenas de suas terras de origem, a formação da aldeia urbana Marçal de Souza e a criação da Escola Municipal Sullivan Silvestre de Oliveira “Tumone Kalivono-Criança do Futuro”

2- O deslocamento, a aldeia urbana e a escola

Este trabalho centra-se na comunidade indígena no espaço urbano de Campo Grande (MS). Assim, é imprescindível compreender o processo de deslocamento dos índios Terena das aldeias de Mato Grosso do Sul para a capital, bem como os motivos desse deslocamento. Em especial trataremos do grupo étnico Terena, em virtude de serem eles a maioria na Aldeia Marçal de Souza, local do trabalho de campo.

Segundo Mussi (2006), os Terena possuem a característica de mobilidade espacial constatada em momentos da trajetória histórica desde sua vinda da região do Chaco boliviano, até a chegada em terras brasileiras.

Tais deslocamentos são marcados basicamente por três momentos distintos: o primeiro momento ocorre por volta do século XVIII, quando se inicia o processo de expansão dos Terena, ainda, no Chaco; o segundo momento, transição do século XVIII para o século XIX, trata do processo de expansão dos Terena do Chaco para o Território brasileiro; e o terceiro momento, transição do século XIX para o século XX, quando os Terena já se encontram em território brasileiro. (MUSSI, 2006, p.67)

Os principais motivos do deslocamento da região do Chaco para as terras hoje brasileiras, teriam sido o aumento populacional, a busca por melhores condições para a agricultura e ampliação do espaço para o desenvolvimento do grupo.

Os Terena intensificam o processo de deslocamento para os centros urbanos a partir de 1960. Um dos motivos, segundo a autora, foi a necessidade de trabalho, a falta de recursos para o desenvolvimento da agricultura e de educação para os filhos.

Já o segundo propósito está ligado à falta de escolas para os filhos, pois algumas aldeias não oferecem todos os graus de formação necessários para atender o aluno e, nesse sentido, em muitos casos, os índios têm de se deslocar para a cidade mais próxima, a fim de poderem concluir os ensinamentos fundamental e médio. (MUSSI, 2006 p.19)

Desta forma se deslocam para os centros urbanos em busca de sobrevivência e manutenção das suas tradições.

A autora compreende o processo de deslocamento não como uma perda de valores culturais, mas entende tal fenômeno como “uma dinâmica em que as estratégias de inserção, adaptação e ressignificação estão em processo, reconfigurando as suas pautas culturais” (MUSSI, p.23). Portanto, os Terena buscam se adaptar em momentos e contextos históricos diferentes a fim de sobreviver e preservar sua tradição cultural.

Neste sentido, mediante o estudo realizado nas Aldeias Terena do Cachoeirinha e Bananal, é possível constatar que, a partir de 1960, inicia-se um grande fluxo migratório para os centros urbanos do estado, com destaque para a Capital e, fato significativo, a maior incidência de saída das famílias de suas aldeias de origem diz respeito à busca de trabalho, tendo em vista a falta de opções alternativas de ocupação profissional e a falta de recursos materiais e sociais básicos (alimento, escola e saúde).(MUSSI, 2006 p.211)

Nesse processo de deslocamento foi necessária a organização da Aldeia Urbana Marçal de Souza localizada no bairro Tiradentes, Campo Grande, MS.

A aldeia surgiu de um loteamento formado em 1995 por um grupo Terena juntamente com lideranças indígenas, entre elas, a atual cacique Enir Bezerra. Acamparam em barracões, no espaço cedido à FUNAI pela Prefeitura Municipal onde seria estabelecida uma espécie de museu, a “Casa do Índio”. Em 1999, a Prefeitura Municipal de Campo Grande forneceu materiais de construção e os próprios indígenas construíram suas casas através de um projeto arquitetônico contendo 163 unidades.

Logo que foram estabelecidas, a necessidade de políticas sociais se tornou indispensável para as famílias. Entre elas a construção da Escola Municipal Sulivan Silvestre Oliveira-Tumune Kalivono “Criança do Futuro”, criada pelo Decreto nº 7.790 de 21/01/1999, inaugurada no dia 12 de fevereiro de 1999.

A escola originou-se de um anexo da Escola Municipal Profª Oliva Enciso, implantado no então Loteamento Desbarrancado⁵, para atender crianças em idade escolar e filhos de indígenas desaldeados que se fixaram nesta área.

⁵ Segundo Mussi (2006) a formação da aldeia urbana passou por um processo longo que se iniciou no dia 9 de junho de 1995, com a ocupação da área, e o objetivo de auxiliar os índios “desaldeados”.

O nome Tumone Kalivono em língua Terena foi escolhido pela comunidade indígena e pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação). Em homenagem ao presidente da FUNAI, Sullivan Silvestre que faleceu na data da criação da escola em janeiro de 1999.

A escola oferece ensino pré-escolar / Educação Infantil e Ensino Fundamental até o 5º ano.

Segundo a Secretaria da escola, até 18/05/09 o número total de alunos, nos períodos matutino e vespertino, era de 418 alunos, destes, cerca de 22% são crianças indígenas.

Em análise ao Projeto Político Pedagógico da escola, sobressai a seguinte expressão: “**Visão de futuro:** Seremos reconhecidos pela inovação e qualidade no atendimento às diferentes culturas existentes na comunidade”. (PPP, 2008. p. 22)

Mas como garantir qualidade no atendimento às diferentes culturas em um espaço homogeneizador?

A educação intercultural possibilita a troca entre as diferentes culturas, a escola torna-se um lugar de embates culturais entre a aprendizagem natural de uma determinada comunidade indígena e a imposição de uma educação escolar própria de não índios. Podemos considerar que a escola como lugar de trocas é capaz de proporcionar novos significados para a atuação escolar.

3- Educação intercultural

Ao se reconhecer a diversidade é imprescindível o debate sobre a interculturalidade, principalmente no que diz respeito à educação para os indígenas, para que se respeite a particularidade cultural de cada grupo e o contexto em que está inserido.

A interculturalidade é apresentada por Padilha (2004) numa perspectiva freiriana como uma corrente que:

(...) considera positiva a existência da diversidade cultural (...) defende que os indivíduos se tornem interculturais, e isso significa que eles podem atuar nas diferentes culturas, já que a igualdade e a justiça social estariam pressupostas.(PADILHA, p.223)

Essa atuação entre os diferentes grupos contribui para o desenvolvimento do conhecimento, e o compartilhamento de experiências através dessas relações gera o reconhecimento do “outro”.

Fazer uma educação intercultural significa agir num espaço em que experiências culturais diferentes se encontram em diálogo para realizar um trabalho reconstrutivo de conhecimentos, na perspectiva do encontro de várias pessoas e das várias ciências, que também se entrecruzam, como acontec com a própria cultura das pessoas. (PADILHA, 2004, p.239)

Após breve discussão sobre a educação intercultural, serão apresentadas partes das observações e percepções das relações do cotidiano escolar desenvolvidas na Escola Municipal Sullivan Silvestre de Oliveira. Ressaltamos que esta é uma escola primária urbana com estudantes e professores de distintas origens étnicas e diferentes contextos socioculturais.

Nosso foco é o debate sobre o atendimento à diversidade escolar nessa escola de ensino regular e a necessidade da presença da educação intercultural para o atendimento as identidades culturais presentes ali, que são construídas a partir do contexto de migração indígena para a cidade.

Para Candau (2005) a interculturalidade se refere ao reconhecimento da diversidade e diferença e acrescenta ser necessário trabalhar os conflitos em uma determinada realidade “procurando as estratégias mais adequadas para enfrentá-los”. (p.32) Esse conceito amparou nossas observações na escola onde o trabalho foi desenvolvido.

As observações na escola iniciaram no mês de abril de 2009 e permaneceram até o mês de junho. Durante esse período procuramos participar de todo o cotidiano escolar; atentos as práticas pedagógicas e relações entre a comunidade escolar, na sala de aula, e nos trabalhos extra-classe.

A escola possui dois projetos voltados para a cultura indígena. Um deles, denominado “Feira Indígena Terena”, é realizado no mês de abril para a comemoração do Dia do Índio. Na feira são abordados: cultura e artesanato, culinária, plantas medicinais, a participação dos Terena na Guerra do Paraguai, morada e dança Terena.

O outro projeto a que nos referimos é o “Língua Terena” organizado por dois professores indígenas. As aulas de língua Terena não fazem parte do currículo escolar são ministradas contra turno duas vezes por semana. Segundo um dos professores, no total frequenta as aulas cerca de 30 alunos do matutino e vespertino, entre eles indígenas e “não índios”, em entrevista afirmou encontrar dificuldades em ensinar a língua Terena, pois:

(...) os pais não falam mais e ainda tem outros projetos que a escola divulga, o “Seninha”, as crianças quer tudo fazer, porque tem esportes, e falta as aulas de língua, é bom, mas aí fica difícil para mim. E também eu só tenho dois dias, então, tem aula hoje e só vai ter outra semana que vem, não tem continuidade.

Além desses dois projetos percebemos nos três meses de contato que a escola não possui outras ações que possam subsidiar a prática do professor para que esses pratiquem a interculturalidade, nem estão presentes as discussões com a comunidade escolar para trabalhar as diferentes culturas no espaço escolar. Apenas são reconhecidas as diferenças e a diversidade, mas o diálogo entre as culturas não ocorre, e as relações geram preconceitos. Um exemplo são os discursos de funcionários e professores:

“a primeira coisa a chamar sua atenção é que eles (crianças indígenas) são passivos”.

“eles são desatentos”, “alguns alunos também não assumem ser indígena”, “eles não tem perspectiva de vida”.

“eles eram mais diferentes, eram bem mais tímidos, mas ainda são diferentes, são tímidos e não respondem você, nunca vai ver eles te respondendo”

“outra coisa diferente é que eles tem a mente lerda, você fala alguma coisa e eles demoram para responder, até os adultos são assim”.

Nesse aspecto consideramos importante a afirmação de Padilha (2004) para a superação de problemas nas relações entre diferentes culturas:

(...) na educação intercultural, os diferentes sujeitos estabelecem relações permanentemente, criam as condições de superação dos seus próprios problemas, ressignificam e atualizam os problemas e a si próprios, bem como a forma de encarar a sua própria realidade e as suas atitudes diante do seu viver. (p.243)

Diante das observações entendemos que não basta a escola ter o discurso que promove a manifestação cultural no espaço escolar, a educação intercultural está inseparavelmente do currículo. E o currículo escolar vai além das disciplinas, Padilha (2004, p.108) indica que o currículo “Abrange também estudos relacionados às diferentes dimensões do ser humano, incluindo-se aí a subjetividade e a relação que estabelece com o meio em que vive, além dos aspectos nem sempre enfrentados pela escola (...).

Concluimos que o processo de interculturalidade na educação exige constantemente a discussão e reconstrução dos conhecimentos culturais presentes no ambiente escolar, possibilitando a troca desses conhecimentos, transformando a realidade, permitindo o reconhecimento do outro e aceitando a diferença, Castro (2007) afirma que:

(...) atribuímos um caráter político, crítico e humanista à tarefa de fazer da educação um processo de encontro, reconstrução e produção cultural a partir do diálogo intercultural, e de fazer das escolas espaços de transmissão, de reconstrução crítica e de produção cultural a partir da contribuição de diversas existências sociais, na perspectiva transformadora dos contextos que condicionam a vida das comunidades educativas locais ou indígenas. (p.136, 137)

Nesse aspecto para que a interculturalidade aconteça na escola é necessário trabalhar, e compreender toda a diversidade e conhecimentos desenvolvidos no espaço escolar constituído por diferentes culturas. Provocando a troca de saberes, técnicas, artes e línguas, sem discriminação, proporcionando a igualdade para todos mediante a educação escolar, trabalhando a diferença, a aceitação, e o respeito à diferença, ou seja, superar os conflitos que nascem das relações e convivência de grupos culturais distintos.

Referências

GUERRERO, D. A. I. *Direitos Culturais Indígenas e Educação Intercultural Bilíngüe: a situação legal na América Central*. In: SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade *Educação na Diversidade experiências e desafios na Educação Intercultural Bilíngüe*, Brasília, 2007.

CASTRO, G. W. *Reflexão Político-Pedagógica sobre a Diversidade e a Educação Intercultural Bilíngüe*. In: SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade *Educação na Diversidade experiências e desafios na Educação Intercultural Bilíngüe*, Brasília, 2007.

MUSSI, V. P. L. *As estratégias de inserção dos índios Terena: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005)*. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2006.

NASCIMENTO, A. C. *Escola Indígena: palco das diferenças*. Campo Grande: UCDB, 2004. (Coleção teses e dissertações em educação v. 2)

PADILHA, P. R. *Curriculo Intertranscultural: novos itinerários para a Educação* – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

FUNASA, *Caracterização Sócio-Demográfica dos Povos Indígenas do DSEI, anexo do Relatório Anual de Gestão da FUNASA*, 2008.

DOCUMENTO

PROPOSTA PEDAGOGICA, *Escola Municipal Sulivan Silvestre de Oliveira, Tumune Kalivono “Criança do Futuro”*. Campo Grande, MS, 2008.